



Número: 1013613-86.2024.4.01.3000

Classe: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA  
Órgão julgador: 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SJAC  
Última distribuição : 18/12/2024  
Valor da causa: R\$ 1.000.000,00  
Processo referência: 1007340-62.2022.4.01.3000  
Assuntos: Pessoas com deficiência  
Segredo de justiça? NÃO  
Justiça gratuita? NÃO  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - MPF (EXEQUENTE)				
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE (EXECUTADO)		WANER RAPHAEL DE QUEIROZ SANSON (ADVOGADO)		
CONCESSIONARIA DOS AEROPORTOS DA AMAZONIA S/A (EXECUTADO)		JESSICA YAMILLE NOGUEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) VICTOR BASTOS DA COSTA (ADVOGADO) KEYTH YARA PONTES PINA (ADVOGADO)		
UNIÃO FEDERAL (EXECUTADO)				
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO ACRE (EXECUTADO)				
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC (EXECUTADO)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
2182710280	23/05/2025 11:37	<a href="#">Despacho</a>	Despacho	Interno



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Acre**  
1ª Vara Federal Cível e Criminal da SJAC

**PROCESSO:** 1013613-86.2024.4.01.3000

**CLASSE:** CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA (157)

**POLO ATIVO:** Ministério Público Federal (Procuradoria)

**POLO PASSIVO:** MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE e outros

**REPRESENTANTES POLO PASSIVO:** WANER RAPHAEL DE QUEIROZ SANSON - AC4754-A, KEYTH YARA PONTES PINA - AM3467, VICTOR BASTOS DA COSTA - AM11123 e JESSICA YAMILLE NOGUEIRA DE SOUZA - AM15267

**DESPACHO**

Admito o cumprimento provisório das obrigações de fazer estabelecidas na sentença trasladada sob id 2164434961, consoante entendimento firmado no julgamento do RE 573.872, com repercussão geral (Tema STF n. 45).

Intimem-se os requeridos para, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprovarem o cumprimento das obrigações de fazer objeto de cumprimento provisório, apresentando, se o caso, cronograma detalhado de execução das ações tendentes à satisfação da tutela.

Ainda, disporão os requeridos do prazo de 30 (trinta) dias para oferta de impugnação (art. 520, § 1º, do Código de Processo Civil).

Após o transcurso dos prazos acima definidos, manifeste-se o Ministério Público Federal.

Na sequência, conclusão dos autos.

Intimações eletrônicas.

Rio Branco/AC

